

## **Pobreza e Criminalidade – Debate**

Nos colocamos em situação de risco ao aproximar os termos deste debate. São conhecidos os efeitos perversos da associação rápida entre pobreza e criminalidade – estigma e parcialidade. Mas esse encontro não pode ser ignorado. A criminalidade é hoje um mecanismo de reprodução da desigualdade. Se há, ao longo dos últimos anos, um aumento sistemático da violência, os seus principais agentes e vítimas são homens jovens, não brancos, moradores da periferia das grandes cidades.

A reflexão sobre a violência não é exclusiva ao meio acadêmico. Embora intervenções governamentais e está presente nas estratégias de enfrentamento praticadas pelo cidadão comum. A violência é um dado concreto que atravessa o cotidiano dos grandes centros urbanos. Criando padrões de sociabilidade, a violência produz uma nova leitura da cidade, de sua organização espacial e arquitetônica, traça contornos inéditos no jogo entre centro e periferia.

Se há consenso com relação à análise da violência, é o da impossibilidade de apontar um único agente explicativo. A violência, assim como a criminalidade, é fundamentalmente tratada como um fenômeno “multicausal”. A constatação é apurada enquanto diagnóstico, mas, no vácuo criado pela indefinição, algumas categorias acabam por compor um repertório explicativo para possíveis razões da criminalidade nos dias atuais. Neste, a pobreza parece ocupar lugar privilegiado, seja no senso comum – que conjuga pobreza e criminalidade na explicação de um cotidiano ocupado pelo medo –, seja nas investigações sociais que tentam circunscrevê-la por meio de categorias como “exclusão social”, “situação de risco” ou “vulnerabilidade social”.

Apostando na interdisciplinaridade como um bom caminho para uma reflexão sobre tal tema, urgente, atual e extremamente inquietante, a *Sexta feira* e o Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo convidaram, em 13 de junho de 2005, quatro pesquisadores cujos campos de pesquisa e trabalho enfrentam em alguma medida o encontro entre os termos.

Eduardo Marques, professor do departamento de Ciência Política da USP e diretor do CEM (Centro de Estudos da Metrópole), do CEBRAP, vem trabalhando com temas associados à formulação de políticas públicas, mapeamento e qualificação da pobreza urbana e desigualdade. Vera Telles é professora do Departamento de Sociologia da mesma universidade e tem extensa trajetória de pesquisa sobre cidadania, pobreza e mobilidade urbana na cidade de São Paulo. Paula Miraglia, além de co-editora da *Sexta-Feira*, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS), onde desenvolve pesquisa sobre homicídios e juventude e trabalha, atualmente, com formulação de políticas públicas na área da prevenção da violência. Para costurar esse diálogo, convidamos Maria Lúcia Montes, professora aposentada do departamento de Antropologia da USP, que fez uso de seu trânsito entre a Filosofia, a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia.

### **A multidimensionalidade da pobreza e da violência**

#### **Eduardo Marques**

Estas considerações são em parte produto de minhas reflexões e, em parte, produto de reflexões coletivas no interior do Centro de Estudos da Metrópole, do CEBRAP. Sou professor do departamento de Ciência Política e, numa mesa interdisciplinar, seria de se esperar que eu fosse falar de Ciência Política – mas eu não vou. Na verdade não existe um ponto de vista da Ciência Política sobre a pobreza. Eu tenho trabalhado intensamente sobre este tema e temas correlatos, e os pontos de partida na literatura e no

diálogo não estão associados à Ciência Política, mas muito mais à Sociologia e à Demografia.

Como a violência não constitui meu tema de pesquisa, gostaria de centrar minha fala na associação entre pobreza e periferia, entre pobreza e território. Temos em nossas pesquisas estabelecido alguns argumentos sobre a importância do território e as dimensões territoriais do fenômeno da pobreza.

Quando falamos em periferia, pensamos primeiro – numa acepção corriqueira – na idéia de borda, lugar geométrico que está na parte exterior da cidade. Não é disso que estamos falando – às vezes territórios dessa natureza estão na borda, mas associados a conteúdos sociais muito específicos. Por isso, estamos falando de algo que congrega a sociologia – um determinado conteúdo social – com determinada localização geográfica. É a combinação dessas duas coisas que dá o conteúdo específico de periferia.

A discussão brasileira sobre periferia surge nos anos 1970 com um viés específico e datado, inserida em um contexto que não era só acadêmico, mas político, da luta contra a ditadura. Surge especificando um conjunto de elementos que seriam definidores da periferia: um lugar não apenas mais distante do centro, mas com renda diferencial baixa ou próxima de zero, com conteúdos sociais muito precários, habitada por uma população mal inserida no mercado de trabalho, em boa parte desempregada, vivendo em condições de pauperização e submetida a condições de vida muito precárias, muitas vezes associadas à inexistência de ação estatal – a ausência de Estado é um elemento importante já neste momento, no final dos anos 1970. A periferia é definida como lugar da ausência de muitas coisas. O conjunto destes elementos expressaria o que o professor Lúcio Kowarick, do departamento de Ciência Política da USP, chamou de espoliação urbana.

A visão macro-sociológica – importante naquele momento e fundadora da sociologia urbana brasileira – permaneceu praticamente inalterada até os dias de hoje. Uma tarefa importante da atividade científica hoje é mapear a análise empírica, ir para campo e observar o que está acontecendo neste espaço, analisar os dados demográficos e econômicos e descrever qualificadamente o que são estes espaços.

Fizemos esse exercício nos últimos três anos no CEM. As descobertas podem ser resumidas em dois grandes campos. A primeira delas é a existência de uma generalizada e significativa mudança dos conteúdos sociais. Não existem dados quantitativos comparáveis nas décadas de 1970 e 1980 (o Censo de 1991 seria o mais longe que poderíamos chegar). Mas, se pensarmos na descrição macro-sociológica que se fez sobre a cidade de São Paulo no começo da década de 1980, e imaginarmos um material empírico a partir desta descrição, comparando-o com o material empírico de 1991 e com o material de 2000, podemos observar uma significativa melhora.

Outra característica importante é a heterogeneidade. As situações de pobreza e os territórios da pobreza são muito diferentes entre si. Isso diz respeito a padrões de localização de grupos sociais, às condições concretas dos espaços construídos onde vivem estas pessoas, a contigüidades que se estabelecem entre os padrões de segregação espacial no espaço – que têm uma enorme importância para explicar as situações sociais.

Conseguimos observar que, exceto pela violência e em parte pela favelização, a situação social melhorou em quase todos os indicadores. No caso da favelização, com matizes, porque aumentou a proporção de moradores em favela, embora em ritmo menor do que ao longo da década de 1990. Mas os indicadores sociais dos moradores de favela sugerem uma melhora da situação social nesses espaços em ritmo superior ao resto da cidade, embora as favelas continuem num patamar muito inferior.

No caso dos indicadores de violência, eles pioraram muito e de maneira disseminada. Isso é um paradoxo. A década de 90 foi ruim para a economia, com queda real e relativa na renda, aumento de desigualdade de renda dentro da cidade, mas os indicadores sociais em geral – de condições de escolaridade, de saúde, acesso à escola, ao posto de saúde, aos serviços de assistência, ao conjunto de políticas que se distribui para a população e as condições de vida concretamente medidas pela infra-estrutura urbana, e as condições habitacionais – tenderam a melhorar.

Então se tem um aparente paradoxo, que parece uma revisita ao paradoxo que se construiu no começo dos anos 90 – a partir dos indicadores sociais do censo de 1991 – e que veio a ser conhecido como o debate da “década perdida”. Os anos de 80 no Brasil foram de muita vida política, movimentos sociais intensos, mobilizações e início da consolidação da democracia brasileira recente. Mas foi uma década muito ruim do ponto de vista econômico: inflação galopante, vários planos econômicos dando errado, o que os economistas chamam de *stop and go* na economia (cresce, não cresce; cresce, não cresce). Apesar disso, quando os indicadores do censo 1991 saíram, a maior parte dos analistas ficou impressionada porque quase todos os indicadores – exceto a renda – indicavam melhora. A interpretação foi que a pressão dos movimentos sociais e o caráter inercial das políticas do Estado teriam produzido essa melhora.

O que temos na década de 1990 é mais paradoxal ainda. Temos uma situação precária, extremamente difícil no mercado de trabalho, com crescimento importante do desemprego e surgimento de um desemprego estrutural – que não tínhamos antes –, um descolamento das curvas de crescimento e de emprego, um aumento intenso da precarização do trabalho de diversas formas e queda da renda. Não temos movimentos sociais expressivos pressionando o Estado brasileiro e os níveis locais de governo também vivem a intensificação de sua crise fiscal, com dificuldades de distribuir políticas. E, no entanto, os indicadores sociais melhoraram. Temos aí instaurado o paradoxo, que eu afirmo ser aparente. Isso porque tal paradoxo pressupõe que exista uma associação direta entre as condições econômicas – o mercado de trabalho, especificamente – e as condições de vida. A hipótese do CEM é que na verdade a frente de reprodução social é muito mais ampla. Envolve associativismo, redes sociais, sociabilidade, padrões de comportamento, práticas e isolamento produzido pelo território. Estamos defendendo a idéia de que não existe um paradoxo. Existe um problema de interpretação: elementos de economia não se transformam em elementos sociais diretamente. O que temos concretamente na cidade de São Paulo e em outros lugares – é horrível usar esta expressão, mas para ser rápido – é um novo tipo, um novo perfil de pobreza, que não é pior ou melhor, mas é diferente.

O que está presente neste novo padrão? Uma população pobre, mas muito mais escolarizada, muito menos jovem, com grupos sociais mais idosos. O Mapa da Vulnerabilidade Social, realizado para a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, delimitou grupos sociais pobres e velhos, em termos relativos. A pobreza tem condições habitacionais diferentes das condições anteriores. A precariedade é diferente da outra. É marcada pela quase universalização das edificações estruturadas, de alvenaria, com piso e telhado acabados ou semi-acabados, que expressam, como diz Lúcio Kowarick, o esforço das famílias ao longo dos últimos vinte, trinta anos, autoconstruindo as casas em seus fins-de-semana e com dinheiro das férias. Isso é uma condição habitacional diferente da anterior.

O segundo ponto é a idéia de heterogeneidade. As situações sociais são múltiplas: temos grupos sociais pobres de características muito diferentes entre si, sob o ponto de vista da estrutura da família, estrutura etária, padrões habitacionais, condições de ocupação e lugares onde vivem. Não dá, portanto, para trabalhar com indicadores

sintéticos. A presença dos indicadores sintéticos – febre no mundo da Demografia e da Sociologia – induz à idéia de que todas as condições sociais são paralelas entre si. Ao organizar as pessoas por escolaridade, ao mesmo tempo se usa o critério de renda, condição habitacional, velho-novo, tamanho da família etc. Mas *o mundo é multidimensional, e a pobreza também*. No máximo, temos que trabalhar com classificações, que cruzam tipos de coisas: tamanho da família ou estrutura etária com condições habitacionais, renda etc. Os indicadores sintéticos tentam fazer caber o mundo em uma dimensão única.

A pobreza é multidimensional, e isso inclui a violência. Um dos poucos indicadores de violência que o CEM tem trabalhado – o de homicídios – tem mostrado que as condições são muito heterogêneas também, mesmo em espaços pobres e periféricos. Isto é, tem espaços igualmente pobres que estão associados de maneiras muito diferenciadas a situações de violência. O que quer dizer que a relação entre pobreza e violência não é unidimensional nem é fácil de explicar.

Uma última questão que eu gostaria de colocar remete ao território. Se você tomar, por exemplo, duas pessoas igualmente pobres, com características sociais similares de escolaridade, renda etc., que moram em famílias similares, têm igual cor da pele, mas moram em lugares diferentes da cidade, o futuro delas tende a ser diferente. É possível explicar a probabilidade de concluir o segundo grau na idade certa de maneira diferenciada. Também é possível mostrar estatisticamente que a localização pode penalizar pessoas que, igualmente pobres, tendem a ficar mais desempregadas que outras. Dizendo de outra forma, entre as muitas dimensões que a pobreza tem, o território está incluído. O território é uma dimensão das condições sociais e da pobreza de maneira mais específica.

Isso tem a ver com isolamento social. Como as redes sociais, o território também produz isolamento ou integração. Os padrões de segregação produzem isolamento social. Entre duas pessoas igualmente pobres, aquela que vive em um lugar mais segregado tem piores condições de vida. Se isso é verdade, as políticas de combate à pobreza, de combate a situações sociais de privação, têm que ter estratégias territoriais.

## **Itinerários da pobreza e da violência**

### **Vera Telles**

De partida, devo dizer que não pesquisei violência urbana. Mas já faz alguns anos que estou envolvida em uma pesquisa sobre trajetórias urbanas nas periferias paulistas. E o problema se impõe a cada dia, como evidência incontornável, seja porque está presente nos percursos e histórias de nossos entrevistados, seja porque afeta as condições do próprio trabalho de campo. Desde a primeira vez que fui a campo no final dos anos 1980 e, depois, várias vezes na década de 90 e agora, mais recentemente, há de se reconhecer que alguma coisa mudou no correr de todos esses anos. No início entrávamos nos bairros escolhidos com facilidade: apresentávamos-nos, explicávamos os objetivos da pesquisa e éramos recebidos, sempre, com generosidade e disposição para responder às nossas questões. Hoje, é preciso, primeiro, a intermediação do que chamamos de “os nossos embaixadores” – algum morador ou liderança local que nos apresenta aos moradores e abre a possibilidade para seguimento do trabalho.

Há algum tempo, víamos confirmado o que os bons trabalhos de antropologia flagravam nessas regiões: a violência sempre estava “do lado de lá”, na outra rua, outro bairro, outro pedaço da cidade. Havia uma geografia simbólica da cidade feita de um jogo ambivalente de identidade e alteridade, no qual a violência era projetada para algum outro lugar, ao mesmo tempo em que eram construídos os “territórios de proteção”. Hoje, a violência estrutura a narrativa que as pessoas fazem de suas vidas e

circunstâncias de vida, não está mais “do outro lado”. Sobretudo entre os mais jovens, falar de seus percursos é também fazer a contabilidade dos mortos, amigos de infância, colegas de escola, vizinhos: “meus amigos? Estão todos mortos...”.

Assunto inescapável, tratar da violência, no entanto, é tarefa difícil. Os riscos de reativar a nossa velha e persistente criminalização da pobreza é grande, quanto mais porque as evidências imediatas sugerem a proximidade entre pobreza e criminalidade violenta e é justamente nisso que se aloja o desafio para nós pesquisadores.

Para evitar essa associação fácil e imediata entre pobreza e criminalidade, é preciso ter claro os vários planos em que a questão da violência pode e deve ser colocada: diversas problemáticas que se situam em escalas diferentes.

Primeira escala de observação: o tráfico de drogas. Como mostra Alba Zaluar (cf. *Integração perversa. Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000), comparando com os anos 80, a presença do tráfico de drogas, mais evidente e mais generalizada a partir da década de 90, altera radicalmente as características do que é nomeado genericamente de “violência urbana”. Mas ao contrário do que se supõe, a rota do crime organizado é a rota da riqueza, não da pobreza. Comparando estados, regiões metropolitanas e municípios, Zaluar mostra com precisão que a concentração de pobres (e imigrantes) não significa necessariamente concentração de mortes violentas. Quer dizer: mata-se e morre-se nas cidades nas quais há muita riqueza em circulação. E isso confirma-se também por um lado, em base nas observações que podemos colher no trabalho de campo. Simplificando muitíssimo, eu diria que a situação de pobreza extrema não é o que vai alimentar o tráfico de drogas; mas vai alimentar o nosso conhecido clientelismo velho de guerra, mesmo que este opere sob novas roupagens. A pobreza extrema está sujeita à lógica da urgência. A inteligência prática do clientelismo e da tutela – que a direita sabe manipular muito bem, e a esquerda está também aprendendo muito bem operar – é atuar justamente nessa lógica da urgência dos tempos da vida, que não é o tempo da negociação política democrática. Voltando ao nosso assunto, não são essas parcelas muito pobres ou miseráveis que vão ingressar aos hostes do tráfico de drogas: isso também exige lá uma competência, que não é para qualquer um.

Porém, o tráfico e a redes da criminalidade violenta afetam a sociabilidade cotidiana. E essa é a segunda dimensão importante a ser comentada. Em suas ramificações locais, o homem envolvido no crime organizado mora nesses bairros, cresceu no pedaço, conhece “todo mundo”, participa da sociabilidade local e também do jogo das reciprocidades morais do mundo popular. Mas, também como mostra Zaluar e como podemos observar no trabalho de campo, aos poucos vai-se introduzindo no universo popular códigos de lealdade que transbordam a “economia moral” local. E é isso justamente que pode provocar o desconcerto diante de mortes violentas que parecem escapar ao código moral costumeiro: mortes que “não fazem sentido”. Diferente, por exemplo, dos “crimes de paixão”, em que é possível entender as razões, apesar da condenação moral: “eu entendo o que ele fez”. Não é o que acontece quando uma briga de namorados pode acionar uma solução violenta em que o “rejeitado” vingasse matando a família toda da antiga namorada, sentindo-se poderoso para tanto justamente pela posse de armas. Ainda mais quando os desafetos cotidianos envolvem personagens envolvidos no crime organizado, e que acionam a solução violenta para assuntos, vamos dizer assim, corriqueiros. Então, essa é uma segunda escala de observação: a tessitura das redes sociais e o modo como vem sendo afetadas pela presença do tráfico de drogas.

Uma terceira dimensão a ser considerada: a chamada “violência costumeira”, que não é em si novidade, sempre fez parte do jogo das relações sociais: essa solução

violência “que faz sentido”. A novidade vem do fato de que as regras das reciprocidades morais vem sendo desestabilizadas. Pela presença do tráfico, certamente. Mas também pela fragilidade dos acertos quotidianos entre uns e outros em uma situação na qual a lógica mercantil se expande (vide a presença dos grandes equipamentos de consumo que hoje compõem a paisagem social das periferias, mesmo as mais distantes), ao mesmo tempo em que crescem as legiões dos “sobrantes” do mercado de trabalho. No jogo das reciprocidades morais, na lógica da dádiva e contradádiva, em algum momento a “conta” tem que ser paga e isso pode introduzir um verdadeiro curto-circuito nessa trama de interações: a contradádiva hoje circula pelas vias de bens mercantis, quer dizer, é mediada pelo mercado. E é isso justamente que pode entrar em ponto de combustão. Mas isso também significa reconhecer que a sociabilidade local não pode ser vista sob o prisma de uma suposta “comunidade”, como tem sido freqüente nos debates recentes. Vem sendo atravessada por lógicas e dinâmicas que transbordam o perímetro local (aliás, é também sob esse prisma que se deve situar a presença do tráfico de drogas, também ele regido pela lógica mercantil e também ele conectado a circuitos nacionais ou transnacionais). Mas isso nos abre um outro feixe de questões: se é verdade que as periferias urbanas estão muito alteradas (e os indicadores mostram isso) em relação às décadas anteriores, se temos hoje um outro padrão de urbanização, isso define um outro patamar em relação ao qual os problemas precisam igualmente ser situados: outros ou velhos problemas redefinidos sob uma dinâmica urbana atravessada por mediações e lógicas que transbordam os perímetros locais.

Essa, portanto, uma outra escala de observação: o feixe de mediações e articulações que compõem as realidades locais, mas que transbordam o seu perímetro imediato. Além das questões comentadas acima, vale a pena lançar ainda uma outra faceta: as redes de múltiplas ilegalidades que também compõem a vida urbana. Não se trata da ilegalidade “de sempre”, tampouco apenas a reposição do tão debatido descompasso entre a “cidade legal” e “cidade ilegal”. Mais do que a conhecida relação entre legal e ilegal, trata-se da indistinção entre o legal e ilegal, entre o lícito e ilícito. E isso passa, certamente, pela chamada economia informal, mas esta tampouco é a mesma em relação às décadas passadas. Também aqui temos uma mudança de escala: o mais do que conhecido camelô, mesmo no muito distante e muito pobre Guaianazes, por exemplo, está conectado a uma rede de intermediários que acionam sejam os circuitos da economia globalizada, sejam os circuitos, aliás também globalizados, do chamado comércio de bens ilícitos de proveniência variada, tudo isso misturado com acertos no mais das vezes obscuros com fiscais da prefeitura ou subprefeitos que tentam sem sucesso regular o comércio clandestino e o uso irregular dos espaços urbanos. Ou então, para lançar mão de uma interessantíssima observação de campo: o empregado de uma empresa terceirizada da Telefônica que presta serviços nas regiões distantes das periferias, que negocia com os moradores locais para instalar os “gatos” que se proliferam por todos os cantos (afinal, ele é empregado terceirizado de uma grande empresa privatizada, não tem o menor comprometimento com o chamado “bem comum”, e além do mais, é instável e muitíssimo mal pago: enfim, é um trabalhador precário). Muitas vezes é o chefe local do tráfico quem vai arbitrar esses acertos e definir os principais beneficiários da ligação clandestina da rede elétrica.

Seria mesmo possível dizer que, nesse mundo social tão contrastado e tão difícil de ser vivido, é preciso saber transitar entre essas diversas fronteiras sociais, seus mediadores e suas conexões, é preciso saber lidar com seus diversos códigos e negociar as formas de vida, a cada momento. Ou isso, ou a morte matada. Ou então, a infelicidade do “pobre-coitado”, o “pobre-de-tudo”, a depender dos programas assistenciais que igualmente se proliferam hoje nas periferias da cidade. É isso que

podemos observar nesses territórios urbanos: para sobreviver, reinventa-se o Riobaldo da cidade.

Para terminar: se há diversas escalas a serem levadas em conta, é preciso também considerar que não se trata de escalas abstratas. São escalas situadas, que mobilizam atores, conexões, vínculos e relações que interagem com o local, que conformam territórios e compõem o jogo dos atores. Nós sociólogos ainda temos que aprender muito com os antropólogos, aprender com eles que a produção do conhecimento é sempre situada, nesses pontos em que a trama das relações e diferenças de escalas se concretizam. Se é verdade que essas situações estão atravessadas por redes em escalas diferentes em suas conexões e extensão, diria que o importante é entender o modo como essas conexões se produzem (os nós da rede, como se diz). É justamente aí que está o nervo exposto da situação atual. Se quisermos desfazer a associação fácil entre pobreza e criminalidade, então teremos que trabalhar com essas várias mediações, nesse jogo de escalas, que são as várias dimensões pelas quais os bairros periféricos estão sendo produzidos, e a cidade vem sendo produzida. Talvez por aí, possamos entender melhor não só a questão da violência, mas, sobretudo, identificar e entender os ordenamentos sociais que vêm sendo urdidos nos últimos tempos.

## **Índices de pobreza e o idioma da violência**

**Paula Miraglia**

Tomo como ponto de partida minha pesquisa de doutorado: estudo e trabalho com o tema da violência, particularmente os homicídios e é impossível pensar isso sem passar pela pobreza. Seja porque existe uma coincidência, em alguns distritos de São Paulo, entre as altas taxas de homicídio e um quadro agudo de pobreza, seja porque há um grande constrangimento das Ciências Sociais em geral em fazer essa associação, sem que, no entanto, seja possível negá-la definitivamente. Há uma espécie de consenso de que é impossível associar imediatamente pobreza e criminalidade e pobreza e violência. Ao mesmo tempo, os dados também estão aí para mostrar que em muitos contextos não podemos fugir desta associação, ou pelo menos desta reflexão.

Aproveito este momento, portanto, para fazer um exercício e pensar sobre as possíveis ligações entre a pobreza e os homicídios, e investigar os eventuais benefícios que essa aproximação pode trazer para este tipo de reflexão.

Partindo da idéia de pobreza, seria interessante considerar alguns dados. O Brasil é o sexto país mais populoso do mundo, tem a nona economia de acordo com dados do Banco Mundial. Paralelamente é um país com grande concentração de renda e, conseqüentemente, de desigualdade. 36 milhões de pessoas no país vivem com um dólar por dia e aproximadamente 54 milhões vivem abaixo da linha de pobreza.

Ao mesmo tempo em que a pobreza nos é familiar e próxima, ela é também muito distante, temos pouca intimidade com ela. Surge uma série de impasses e constrangimentos na hora de caracterizar a pobreza. Se é extremamente fácil apontar um pobre na rua sem hesitar, é muito difícil definir do que se trata a pobreza com a mesma precisão.

Podemos pensar na pobreza na sua dimensão material – essa seria uma primeira definição – e nesse sentido é possível ilustrá-la como a fome, o pouco acesso aos bens e serviços, problemas de moradia, saúde e educação. Há, no entanto, uma outra dimensão, bem menos concreta que essa, mas também bastante contundente: um sistema de direitos baseado em privilégios, a pequena presença do Estado, um sentimento de injustiça, estigma e preconceito, que advém de uma situação de pobreza ou o daquilo que hoje se chama de exclusão social, vulnerabilidade social ou situação de risco. A

pobreza hoje ganhou vários outros nomes, que tentam, com isso, circunscrevê-la, defini-la de forma um pouco mais clara.

Para a formulação de políticas públicas e de indicadores, faz-se um esforço no sentido de se alcançar um equilíbrio no que se refere a essa caracterização. Fala-se em pobreza relativa e pobreza absoluta, ou ainda na combinação desses dois conceitos. Pobreza ligada ao grau de desenvolvimento de um país ou de determinada região, ou a diferença de desenvolvimento no interior de uma mesma região, de uma mesma sociedade. A realidade brasileira pede a combinação desses dois modelos. O curioso, no entanto, é que o Brasil não tem uma definição oficial de pobreza. Há uma série de indicadores, há um esforço de criação de índices para medir, mas não há uma definição do que seria a “linha brasileira de pobreza”.

Há uma série de conseqüências imediatas para isso. A primeira é a dificuldade de avaliar e classificar programas sociais e políticas públicas de combate à pobreza. O Fome Zero é um bom exemplo. É uma política nacional de combate à pobreza, mas dialoga muito pouco com a pobreza que encontramos nos grandes centros urbanos. Ninguém está aqui passando fome, essencialmente. Isso revela a dificuldade em definir o que é a pobreza em um país que com as dimensões brasileiras e com uma diversidade social, geográfica, econômica e demográfica como a nossa.

Se olharmos para o resto do mundo, veremos que há várias versões de pobreza: falar de pobreza na Índia é falar de uma parcela enorme da população que passa fome, falar de pobreza na África implica necessariamente falar dos órfãos da Aids. No Brasil, nos grandes centros urbanos, falar de pobreza é indiscutivelmente falar de violência. Nesse sentido – e cumprindo meu papel de antropóloga da mesa – podemos nos perguntar se a violência não é nossa versão local da pobreza.

As ciências sociais têm feito um esforço enorme para desfazer essa associação, principalmente para evitar a idéia de que o meio seria capaz de produzir o comportamento desviante. Isso pode parecer simples e nada novo, mas há toda uma interpretação nessa linha. A Organização Mundial da Saúde, por exemplo, trata a violência como uma epidemia. É claro que mais em função dos números assustadores: de acordo com o último relatório da OMS, a violência é o principal motivo de mortes por causa externas no mundo para pessoas entre 15 e 44 anos. As conseqüências interpretativas são imensas: é como se o meio fosse capaz de cultivar um delinqüente e como se a violência fosse contagiosa de alguma maneira. Sabemos que essas são representações fundamentais da idéia de epidemia. O esforço para dissociar aquelas duas dimensões, portanto, não é em vão.

Para falar em violência nos grandes centros urbanos é preciso abordar o tema dos homicídios. Mas por que os homicídios são um assunto privilegiado? Em primeiro lugar, os números são devastadores. O Brasil tem hoje taxas de homicídios dignas de países em guerra. Isso se dá tanto no total da população, quanto, de maneira ainda mais contundente, na faixa etária entre 15 e 24 anos e, particularmente, em algumas regiões da cidade. Não gosto de usar os números como recurso dramático, mas acho que são um bom exemplo. Se temos hoje no Estado de São Paulo uma taxa de homicídio entre 23 a 28 para cada 100 mil habitantes, quando recortamos para a faixa etária de 15 a 24 anos ela chega a 50 (homicídios por 100 mil habitantes). No Jardim Ângela, em 1995, essa taxa era de 115,2 e, de acordo com o índice de Vulnerabilidade Juvenil, no mesmo distrito, a média da taxa de mortalidade por homicídio dos anos de 1999, 2000 e 2001, para os jovens, homens, entre 15 e 19 anos foi de 438, 2.

Esse número está caindo. A Unesco lançou uma pesquisa em 2005 – o Mapa da Violência de São Paulo – mostrando que há uma tendência de queda dos homicídios no Estado de São Paulo. A pesquisa fala de alguns casos específicos, entre eles o do Jardim

Ângela. Em 1995, a ONU anunciou o Jardim Ângela como um dos bairros mais violentos do mundo. Claro que isso teve um impacto local do ponto de vista da organização e da mobilização social. Se hoje podemos falar em uma tendência de queda de homicídios no Jardim Ângela isto se dá porque há intervenção do Estado, das ONGs, mas, sobretudo há uma mobilização social muito forte ali. O distrito, além de um lugar violento, tornou-se uma referência quando falamos em “associativismo”. Não há dúvida de que esse movimento é uma resposta ao estigma e à própria violência.

Os homicídios também são um objeto privilegiado do ponto de vista da qualidade da informação, que costumamos não valorizar tanto na Antropologia. O homicídio é um crime que tem baixa subnotificação e o motivo é óbvio: você tem um corpo ali e precisa dar conta daquilo. Mesmo que a polícia não tome nenhuma providência legal, ou que as conseqüências para quem cometeu o crime ou para a família da vítima nem sempre sejam observadas, inevitavelmente, ainda assim, o corpo é contabilizado de alguma maneira. E nesse sentido, temos uma “boa contagem” desse tipo de crime, sabemos que a qualidade das informações sobre homicídio é muito boa. Finalmente, uma outra razão para tomar os homicídios como objeto é porque eles dizem muito sobre um padrão de sociabilidade em algumas regiões de São Paulo. Eles colocaram para as políticas públicas e para a academia uma série de questões e de impasses. Do ponto de vista das políticas públicas, a escalada dos homicídios e da própria violência fez com que os governos, em todos os níveis, começassem a pensar em estratégias específicas de combate à violência. Porque se continuarmos com essas taxas de homicídio, vamos ter um problema demográfico sério muito em breve, porque quem está morrendo são os jovens, pobres e moradores da periferia.

Para as Ciências Sociais, os homicídios colocam uma série de problemas de interpretação: o que eles estão dizendo, para além da criminalidade?

A Vera Telles lembrou o tráfico. A entrada da arma de fogo é um dado fundamental que não pode ser desconsiderado porque ela muda completamente a sociabilidade entre as pessoas. Eu pensaria mais nessa sociabilidade entre pessoas que possuem armas de fogo do que no tráfico de drogas. Acho que deve ser feita uma distinção fundamental entre Rio e São Paulo. Não há pesquisas suficientes para realizar essa comparação, mas sabemos que o que se tem no Rio são verdadeiras empresas do tráfico, organizadas. São Paulo ainda não chegou lá, apesar da mudança no crime organizado e da substituição cada vez maior e mais rápida dos chefes. Existe o tráfico de drogas, sem dúvida, mas ele não se mostra tão estruturado como no Rio de Janeiro. E as pesquisas revelam que nos homicídios em São Paulo, em quase 50% dos casos, as pessoas se conheciam, e mais de 60% dos homicídios são atribuídos aos chamados motivos fúteis: uma briga de bar, uma briga entre vizinhos numa festa. E é o que tenho comprovado em minha etnografia. É claro que os motivos são fúteis para a gente, que faz essa qualificação, mas ainda assim estamos falando em conflitos interpessoais que pertencem ao cotidiano dessas pessoas. O tráfico é um grande canal da entrada de armas de fogo – é impossível ignorá-lo – mas há também outras coisas a serem consideradas nesse contexto.

Proponho então pensar de que maneira os homicídios tocam na relação entre pobreza e criminalidade. Se essa fosse uma relação tão imediata, poderíamos nos perguntar por que os moradores de periferia não vêm ao centro nos matar. Considerando a oposição entre pobreza e riqueza, entre periferia e centro, essa suposição faz muito sentido. No entanto, sabemos que não é isso que acontece. Eles estão se matando entre eles. Estes jovens ocupam hoje um lugar ambíguo de grandes agentes da violência urbana, mas também grandes vítimas desta violência. Precisamos, portanto, novamente, nos perguntar de que maneira a pobreza orienta essas ações.

Há um esforço hoje em dia para circunscrever a pobreza e para isso, recentemente, foram criados alguns índices. O Mapa de Vulnerabilidade Social, desenvolvido pelo CEM e o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, criado pela Fundação SEADE, são dois exemplos interessantes. Em ambos a violência aparece como um indicador de vulnerabilidade.

No caso dos jovens, no entanto, esses indicadores sofrem uma diferenciação de gênero: para as mulheres o grande indicador de vulnerabilidade é a gravidez precoce e para os homens é o homicídio, isto é, sua chance de morrer. As possibilidades interpretativas são infinitas se pensarmos que para uma mulher o grande indicador de vulnerabilidade é dar a luz e para o homem é morrer, mas para me concentrar no tema desse debate, eu queria pensar um pouco, a partir da minha etnografia, o lugar que o homicídio tem na elaboração desse novo padrão de sociabilidade.

Não podemos dizer que os homicídios e a violência não dialoguem com a condição de exclusão, de vulnerabilidade, ou pobreza, mas acredito que eles dialogam com uma parte determinada dessa noção de pobreza, que não necessariamente aquela ligada à carência material ou às dimensões associadas à carência material. Acho que eles dialogam muito mais com uma dimensão relativa ao quanto a pobreza vitimiza, ao quanto ela suprime da sua autonomia, ao quanto ela nos faz, por exemplo, um objeto das políticas públicas ou de qualquer ação do Estado. Num contexto como esse, temos muito pouco espaço de manobra, temos muito poucas chances de fazer as suas próprias escolhas. Claro que é muito difícil medirmos isso: “o quanto se pode fazer de escolha quando se é jovem”, mas o que eu quero chamar atenção na pesquisa é o quanto o crime é apresentado como uma escolha frente a uma situação, como uma maneira de reivindicar um certo protagonismo, a sua capacidade de escolher e de determinar os rumos da própria vida. É uma escolha perversa, diante de um repertório talvez limitado de possibilidades.

Ao mesmo tempo, não dá para acreditar que essas são as únicas escolhas, uma vez que num mesmo lugar, numa mesma região, há pessoas que vivem sob as mesmas condições e não necessariamente estão envolvidas com padrões violentos de sociabilidade. Mas o envolvimento ou não com o crime, em muitos casos, aparece com esse valor. Quer dizer, matar ou não matar é uma maneira de resolver um conflito. Observamos uma privatização da resolução de conflitos e uma maneira de resolver o *seu* problema – “já que ninguém está aqui para resolver, eu vou resolver e vou me colocar”. Quer dizer, eu não vou ser objeto de políticas públicas, eu não vou ser objeto do medo de morrer – porque vocês imaginem que num lugar onde você tem uma taxa de homicídios tão alta, o medo também é um grande orientador de escolhas –, mas eu vou ser o sujeito dessa ação: eu vou escolher quem eu vou matar, eu vou escolher o que vai acontecer com a minha vida.

A pobreza enquanto dado, claramente não resolve a equação, uma vez que há bairros com um cenário sócio econômico bastante semelhante ao Jardim Ângela, mas que não reproduzem as mesmas taxas de homicídio. Da mesma maneira, tem muita gente no Jardim Ângela, aliás, a maioria, que não resolve tudo na bala. Mas ainda assim, parece inevitável pensar nesse conjunto de escolhas num contexto específico para refletir um pouco sobre uma maneira particular de viver e construir a idéia de juventude.

### **Maria Lúcia Montes - debatedora**

Quando eu fui convidada para esse debate, logo respondi que não entendia nada de violência. Tive apenas, recentemente, uma experiência de extraordinária riqueza com a

questão da violência quando fiz, com quatro dos editores da *Sexta-Feira*, uma pesquisa para os CEUS [Centros Educacionais Unificados] que estavam sendo implantados pela prefeitura, para a montagem de uma exposição em cada um deles, em 21 bairros da periferia de São Paulo. Foi também a partir dessa experiência que eu ouvi os relatos dos participantes do debate.

É curioso que a antropóloga da mesa tenha falado em indicadores quantitativos e na necessidade de pensarmos de forma mais estrutural a violência, a criminalidade e a pobreza; que o cientista político tenha dito “eu não faço ciência política, porque não dá para fazer isso dentro da ciência política”; e que essa moça socióloga faça o que ela quiser, porque o olhar dela é inteiramente antropológico. Isso é muito saudável, significa que temos diálogo, que há fronteiras disciplinares onde as questões se cruzam, e isso traz muito bons resultados do ponto de vista da criação do conhecimento, como vimos pelas três apresentações.

Eduardo Marques falou, primeiro, sobre os dados da pobreza, Vera Telles falou da violência, Paula Miraglia juntou violência e pobreza; eu vou tentar juntar de novo violência e pobreza, para fazer um comentário sobre as falas, a partir do que nós pudemos confirmar nas pesquisas em algumas periferias de São Paulo.

Quando começamos a pensar o projeto da pesquisa para as exposições dos CEUS, partimos da construção da periferia pelas Ciências Sociais, nos anos 70, que se tornou senso comum: a periferia é o lugar da falta, é o lugar da pobreza, e a pobreza se resume a tudo o que não se tem. A gente sabia disso, mas o que fez a gente ter um outro olhar para essa periferia foi pensar: “ali tem problema, tem falta, mas o que tem mais, além disso?”. Fizemos o exercício quase lúdico de perguntar para eles: “o que vocês acham que vale a pena, apesar de tudo?”. E as repostas foram muito ricas.

Encontramos a questão da melhoria dos indicadores na periferia, apontada pelo Eduardo, em relatos que são quase a narração da conquista da natureza pela cultura. Quando a gente perguntava para os mais velhos como era antes, como era antigamente, ouvia sobre um trabalho absolutamente insano de domar a natureza e transformar aquilo em território habitável; isso criou padrões de sociabilidade e solidariedade, porque, apesar de todas essas mudanças – e eu acho que vocês têm razão em apontar uma mudança – há ali uma raiz de outros padrões de sociabilidade, que são dados pelos próprios códigos de expansão da periferia que, sem um esforço coletivo e organizado, não teria sido transformada em bairros habitáveis onde seres humanos hoje moram.

Isso tem a ver com a história: os anos 60, 70 e 80 são marcados pelas últimas levas de migração: até então, uma população grande estava sendo jogada nesses bairros mais pobres da cidade, com ao menos uma expectativa de emprego. Nos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, a crise de emprego se alastra e, com isso, aumentam os problemas nesses bairros. Mas, simultaneamente ao fim da miragem do Eldorado, que trouxe muitos imigrantes para cá, eles chegaram à conclusão de que ou eles se viravam e resolviam os seus problemas, ou não teria como isso ser resolvido.

Em termos históricos, esses são os anos da ditadura militar, momento em que a atuação da Igreja foi absolutamente crucial para criar a base a partir da qual os movimentos sociais começaram a poder se organizar e se desenvolver nesses bairros da periferia. Neste momento, o que se dava não era exatamente a ausência do Estado; o Estado estava lá, negociando com gente que tem uma capacidade muito grande de saber do que estava falando, porque já tinha se organizado e resolvido – ou procurado resolver – por conta própria os problemas mais graves, esses de infra-estrutura, esgoto, água, luz etc, quer dizer, aquilo que é o mínimo que faz um território habitável nos centros urbanos.

Em algumas regiões, ainda há problemas de infra-estrutura, como na zona norte, em cima da Serra da Cantareira, ou na beira da represa de Guarapiranga, espaços de ocupação mais recente, onde nem deveria ter gente, pela questão da poluição no que é fonte de abastecimento de água para a cidade. Mas em vários outros bairros da periferia, a melhoria estava dada graças à capacidade autônoma de organização e de luta dessas pessoas. Eu digo “autônoma”, mas não podemos esquecer que havia esse trabalho da Igreja, nos anos 70 e 80, e uma parte grande dessas lideranças tinha laços muito fortes com o PT (Partido dos Trabalhadores).

O Eduardo Marques diz: “exceto pela violência, as coisas melhoraram”. Nos 21 bairros de periferia onde nós entramos, quando perguntávamos para as pessoas quais são seus maiores problemas, elas diziam: “desemprego e violência”. Claro que a heterogeneidade precisa ser pesada. Cada bairro é um bairro, cada perfil é um perfil. No entanto, eu, antropóloga, que achava que ia encontrar coisas diferentes em cada lugar, fui obrigada a dizer que de fato havia constantes sociologicamente relevantes, e essa questão do desemprego e da violência como a grande marca hoje da periferia foi uma coisa que encontramos com diferentes componentes, diferentes lógicas, em diferentes redes de sociabilidade, mobilidade, sistemas de valores.

Uma grande coisa que apareceu para nós todos nessa periferia foi a noção de coragem, uma capacidade absolutamente extraordinária de lutar, em condições de vida muito duras, muito difíceis, sem, no entanto, perder a garra, inclusive porque tem uma grande parte de população que é migrante. Então, vir para cá, enfrentar a cidade, conquistar um pedaço desse território e fazer disso um lugar onde eu crio os meus filhos é uma vitória, tem um valor muito grande: é o que dá a sensação de desafio e de que a gente venceu esse desafio.

No entanto, a violência mudou; concordo em gênero, número e grau. Encontramos uma infinidade de relatos na periferia, principalmente entre jovens, que dizem: “pensando bem, acho que, dos meus amigos de infância, só sobrou eu”. Efetivamente, temos uma generalização da violência, sobretudo nessa faixa entre os 18 e 24 anos, o que é uma tragédia da ordem da atualidade.

No Jardim Rosana, que é vizinho do Jardim Ângela, a Igreja começou a agir nos anos 70, quando percebeu que morriam em média 14 jovens por semana. A Igreja achou que tinha que fazer alguma coisa e começou a organizar um clube de futebol, “Juventude com Cristo”. Aquela molecada agora tinha outra coisa para fazer, e, de fato, começou a diminuir o nível de violência na região. Isso foi a base de uma organização para a negociação de melhorias mais substantivas em termos de infra-estrutura para a área, com as propostas de políticas públicas destinadas à periferia.

Mas, como lembra a Alba Zaluar, citada no debate, pensar que o tráfico é algo que caracteriza a periferia, porque está marcando o lugar da violência, é uma visão de fato míope, de quem não vê a rede inteira das relações que estão envolvidas no tráfico. Porque, na verdade, quem morre é quem está lá na ponta, na favela, mas o que sustenta isso é um outro universo, com uma outra lógica, transnacional, supralocal, que produz mudança, inclusive, nos padrões locais de sociabilidade, valores e todo o resto.

Marcos Alvito [autor de *As cores de Acari: uma favela carioca*; Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001] estudou a favela de Acari e teve o privilégio, num certo sentido, de ver a mudança no padrão. Quando chegou lá encontrou um chefe do tráfico que o pessoal dizia que era “o último da linhagem do Tonicão”. O Tonicão era uma espécie de bandido mitológico. Você perguntava: “Escuta, tinha bandido aqui nessa favela?” E ouvia: “Não, bandido não tinha”. “Mas e o Tonicão, matava?”. “Matava, mas matava quando precisava”. E como é quando precisa, a gente contabiliza isso como? Pela quantidade de mortes, pela qualidade das mortes? Acho que era uma mistura dos dois,

até porque o Tonicão, todo começo de ano, comprava caderno, lápis, fazia uma reunião, chamava todas as crianças e dizia: “Olha, vão estudar, porque eu estou aqui nessa vida do crime, essa é minha sina, mas eu quero um futuro diferente para vocês”. Então, claro, esse era o tempo em que havia os “sujeitos-homens”. O Jorge Luiz era o último da linhagem do Tonicão, era ainda um “sujeito-homem”. Mas o Jorge Luiz foi morto na rivalidade característica de controle territorial do tráfico e subiu, no lugar desse moço, o que o pessoal de Acari chama de “os meninos”. Não tem mais “sujeito-homem”, agora são “os meninos” que mandam.

E vejam que coisa espantosa: o Jorge Luiz tinha nome, sobrenome e, quando ele morreu, parou a favela. O “X”, o “menino”, não tem nome. Quer dizer, ele não é um “sujeito-homem” não por ser cronologicamente um menino, como de fato é, mas porque ele se desvinculou inteiramente dos laços territoriais com a comunidade. O negócio dele é ganhar dinheiro e, para isso, quebrou o vínculo comunitário e armou um outro esquema de relações sociais e da conduta do tráfico, baseada nesse valor da riqueza, que foi feita para ser ganha a qualquer custo, entre outras coisas, com uma violência enorme, porque se sabe que ali um deles não dura mais do que 18, 20 anos.

Marcos Alvito viu essa mudança, de quando se tem um padrão de bandidagem ligado ao tráfico de drogas, mas que ainda mantém vínculos com a comunidade, e esse outro momento, onde o valor do *business* e do dinheiro, e a lógica de fora e não a de dentro, passaram a dominar as relações internas na favela.

Um dia o Marcos descobriu a nova gíria que se usava: “saco”, “deu saco”. “Deu saco” significa que os donos do tráfico não se conformavam mais em apenas matar, eles picavam o sujeito e botavam naqueles sacos pretos de lixo. Nesse mesmo dia ele presenciou uma cena absolutamente espantosa: um “menino”, da chefia do tráfico, chegou para um pai de família – normal, que estava no boteco, tomando a sua pinguinha às seis da tarde – e disse para ele: “Bom, me disseram aí que você sujou as coisas”, fez, enfim, algo que não deveria, “e você sabe que isso é complicado, isso dá saco”. E o sujeito ficou absolutamente lívido, paralisado. Claro que ele não tinha feito nada, claro que ele não tinha envolvimento nenhum com o tráfico, mas, dentro dessa outra lógica em que o sujeito não tem mais vínculos com a comunidade, era possível perfeitamente que aquilo fosse uma ameaça. Se alguém tivesse dito que ele tinha traído alguma regra qualquer da gente do tráfico, ele corria o risco de ser morto, picado e posto no saco! Enquanto o cara ficou catatônico, imóvel e mudo, o outro começou a rir. Aquilo era uma piada! O humor, na verdade, estava revelando um novo padrão de percepção das relações internas ao mundo da violência, que tornava perfeitamente plausível não só a piada, mas também que o sujeito fosse de fato morto, picado e posto no saco.

Marcos percebeu naquela hora que a violência não era apenas uma fonte de medo para as pessoas, mas que estava se transformando numa fonte de terror, no sentido que Michael Taussig fala da “lógica do terror”, como uma violência que perdeu a regra, da perspectiva dos membros da comunidade. Vera Telles tem toda a razão quando mostra como as lógicas das formas de sociabilidade, dos valores que pautam a conduta das pessoas dentro desse círculo local que a gente chama de periferia, se alteram, e surge uma outra dinâmica, que tem relação com uma lógica mais ampla, que é a do tráfico no seu conjunto. E, evidentemente, para os moradores da periferia, isso implica a necessidade absoluta de negociar, negociar e negociar o tempo inteiro.

No começo do ano passado, participei, com o José Guilherme Magnani, da Expedição São Paulo, uma pesquisa com 30 estudiosos das mais diferentes formações, em que percorremos a cidade em zonas diferenciadas. Uma das coisas que mais me deixou espantada foi ver meus colegas chegarem no Jardim Rosana e se indignarem, quando viram que o presidente da Associação tinha boas relações com “os meninos do

lado de lá”. Meus colegas diziam: “Como? Vocês não estão legitimando a bandidagem e o tráfico?”. Eu queria morrer de aflição, diante da incompreensão daquela situação. Porque em diversos lugares, em Heliópolis, por exemplo, encontramos situações nas quais esse pessoal do tráfico era visto como o melhor aliado de professores, dos pais de família etc., para combater o tráfico! E como colocar isso numa exposição? Explicar que a melhor solução para lidar com o tráfico e a violência é fazer aliança com o tráfico “do bem”? Não dá, né? Era uma coisa complicadíssima para mim. Mas, ao mesmo tempo, eu tinha entendido como era para aquelas pessoas a necessidade do convívio cotidiano com o tráfico e a violência.

Isso me faz pensar em duas coisas – e aqui eu encerro: violência, num certo sentido, é uma linguagem. Ela se traduz em homicídio, ela se traduz nessa hecatombe pior que uma guerra civil, nessa mudança de padrão de sociabilidade, mas ela tem um aspecto simbólico que faz com que ela funcione como linguagem no sentido de um sistema de comunicação. Um código através do qual você cria um sistema de comunicação. O pesquisador que chegava no bar, antes, podia dizer: “Vim aqui para pesquisar”. Hoje, se não tiver todas as ligações certas com a gente da favela, nem entra lá. Mas, no fundo, essas pessoas também estão esperando que tenhamos essa visão delas. Eles esperam que a gente chegue lá e diga: “Oh, meu deus, a periferia é violenta”. E eles mesmos dizem que é. No entanto, ao mesmo tempo, ouvimos em Heliópolis um pessoal da escola, de fora da favela, dizendo que, quando está chateado, quando acha que o mundo está muito ruim, vai lá para a favela, porque, lá, já de longe começa a ouvir a música nordestina e ver o povo com as cadeiras na porta, conversando. Isso é uma coisa que a gente não imagina que exista nessa periferia. Quando pensamos a pobreza apenas pelo âmbito das lógicas sociais do mercado de trabalho, do tráfico etc., esquecemos das pequenas coisas que também estão ancoradas numa história que construiu um outro modo de sociabilidade para essa gente da periferia, e é nesse contexto que é preciso pensar o novo lugar da violência.

A violência resulta talvez de um embaralhamento de valores. Como se a vida comum no mundo da pobreza tivesse perdido o sentido, por causa de uma lógica que tem a ver com a falta de oportunidade: eu quero o tênis, o outro tem, eu não tenho etc. Mas eu acho também que a violência tem a ver com uma lógica muito mais global, e não apenas com a “logiquinha” da periferia e da pobreza; tem a ver com essa outra lógica da modernidade e a extrema valorização e urgência de viver o presente e ter prazer a qualquer preço, mesmo que ele seja o valor da vida, dos outros e si mesmo.

### **Comentários**

Reunimos a seguir algumas das principais questões discutidas, a partir de temas levantados por Maria Lúcia Montes ou pelo público do debate.

#### ***“Do Jardim Ângela” ou “no Jardim Ângela”***

**Maria Lúcia Montes**

Esse debate traz à tona um tipo de reflexão de metodologia, de antropologia urbana, que nos faz lembrar daquela lição do [Clifford] Geertz: a gente faz antropologia *na* aldeia, e não antropologia *da* aldeia. A cidade, o Jd. Ângela, o Jd. São Luis, o que quer que seja, funciona como a aldeia a partir da qual a gente faz antropologia na cidade, investigando a lógica da cidade.

Hoje os estudos sobre periferia e violência estão mostrando que a gente tem que repensar, seriamente, questões de metodologia de trabalho em antropologia urbana,

porque o “modelito da aldeia” simplesmente não existe. Não é o Jd. Ângela em si o problema, é o Jardim Ângela com tudo o que a metrópole põe dentro do Jardim Ângela.

### ***Pobrezas diversas, heterogeneidade e lógicas da periferia***

**Eduardo Marques**

É preciso enfrentar centralmente a relação entre pobreza e violência, como fez a Paula aqui. Se perguntamos se há relação direta entre os fenômenos da pobreza e da violência, a resposta é não. Há lugares onde há pobreza, mas não há violência. O modelo de ocupação espacial também não é radial-concêntrico, como a literatura sempre disse: há, nas periferias, classe média e até alta, o que contradiz o modelo que a literatura defende. Mas, no centro não há pobres. As exceções são muito poucas. No caso da violência também é assim: não há homicídios – ou uma grande parcela de “crimes por motivos fúteis”, no jargão dos analistas – em lugares ricos. Então, há alguma associação entre esses dois fenômenos.

Por outro lado, se a pergunta é se a pobreza está associada ao ciclo de produção da violência, temos uma perspectiva um pouco mais interessante. Porque ainda entendemos pouco sobre quais são os mecanismos de produção da violência, e quais são os mecanismos de produção da pobreza.

Eu estou engajado em parte nessa tarefa e tendo a concordar com a Paula Miraglia sobre as comparações com o Rio de Janeiro. Existe uma tradição de estudos sobre o tema da violência no Rio que produziu uma massa crítica importante e influente em todo o debate. Então, a gente tende a transpor, muito facilmente ou muito rapidamente, dimensões que talvez não se dêem da mesma forma no Rio e em São Paulo. Isso não quer dizer que não tenha tráfico em São Paulo, que não tenha porte ilegal de arma ou assassinato, mas isso acontece de um jeito diferente. Só que a gente tem que entender melhor. A heterogeneidade não é o caos. Há um padrão, mas um padrão muito mais multifacetado do que a descrição dominante, que é herdeira de uma interpretação macro-sociológica e que virou senso comum.

### **Vera Telles**

Eu gostaria de desenvolver a questão da heterogeneidade. Os indicadores melhoraram, mas o que é que significa isto? Para cada um desses indicadores, temos atores, rede sócio-técnica e um conjunto de mediações. A paisagem da periferia, mesmo em lugares muito pobres, mudou. Mudou porque a maneira como os bens sociais, ou todos os outros, circulam, também mudou.

A primeira vez que eu pus os pés na periferia foi há mais de trinta anos, para fazer “ação política” com estudantes da USP. Era “fim de mundo” mesmo. Aquilo que os nossos entrevistados hoje falam, que aquilo era mato, era mesmo! Era uma aventura circular por lá. Hoje você tem a presença de grandes equipamentos, de consumo, de uma rede pública que atinge a periferia – mas é evidente que isso não significa qualidade do equipamento. E isso muda o jogo de atores, padrões de sociabilidade, o mundo social vai sendo tecido com outras mediações.

Tem duas coisas que são proliferantes nas periferias: as igrejas, nas suas várias versões, e as associações ditas comunitárias, que se proliferam tanto quanto vão se fazendo presentes os organismos de intermediação dos poderes públicos, pelas parcerias. Porque a política pública, sobretudo municipal, é executada através das parcerias das “comunidades” (com muitas aspás). E, em relação ao associativismo, temos que desconstruir esse universo, porque essas várias associações respondem

também a lógicas distintas, com histórias de enraizamento no território também distintas.

Desde que as políticas públicas foram municipalizadas – a lógica da cesta básica, o programa do leite, a entrada das ONGs, as parcerias –, parte da dinâmica local foi se alterando. Há desde entidades filantrópicas tradicionalíssimas, que se convertem e viram “terceiro setor”, até uma área de influência do clientelismo velho de guerra do Maluf, que dá cesta básica, se credencia, e vira associação para poder disputar recursos para distribuir cesta básica e para poder fazer parcerias com a tal da entidade multilateral. No meio disso, negocia-se com o tráfico de drogas, com os perueiros etc. Temos que ver de perto este novo associativismo, pois existem coisas muito diferenciadas se cruzando aí. Como a igreja, esse associativismo das ditas entidades também não é um fenômeno local. Passa pelo perfil das políticas sociais e pelo perfil das parcerias, das ONGs, das agências multilaterais que vão proliferando, porque há disputa de recursos e muitas temporalidades misturadas.

Temos que entender esse fenômeno tanto quanto as igrejas pentecostais. A farta presença de mediadores está produzindo uma melhora de indicadores, mas é preciso analisar estas mediações. Elas causam impacto na dinâmica “local” – entre aspas porque já não é mais local –, são atores, redes de extensões variadas, mais ou menos verticalizadas. Teremos que entender melhor essas dinâmicas.

A questão da heterogeneidade do território foi bem situada pelo Eduardo. Ser pobre no Jd. Ângela, ser pobre em Cidade Tiradentes, ou ser pobre no Jd. São Luis não é a mesma coisa. São diferentes tempos de assentamento, de consolidação de histórias, de mediações de acesso à cidade. Então temos que colocar esses territórios na escala de relação com a cidade. O diagrama de relações e, portanto, de circulação, de mobilidade, de acesso, altera a experiência urbana.

Eu digo isso porque eu faço pesquisa em Cidade Tiradentes e no Jd. São Luis. No Jd. São Luis, os garotos da favela, no fim de semana, vão para a Vila Madalena, para o shopping Morumbi. Só não vão para o Shopping Iguatemi, provavelmente pelas razões que nós também não vamos [risos]... E quando eles pegam o ônibus, eles passam pela Berrini. Vai pegar ônibus na Cidade Tiradentes! Você cai na estação Bresser. A experiência urbana é outra. O acesso à cidade, a cidade que é mobilizada, a cidade dos meus sonhos e dos meus pesadelos é outra.

Então a heterogeneidade é uma questão local, mas a gente também precisa reintroduzir a dinâmica da cidade, da experiência da cidade. De um ponto de vista muito concreto, daquilo que para mim é definidor da problemática da segregação, que é o acesso, que envolve as escalas de circulação. Por exemplo, na Zona Leste, Cidade Tiradentes, eu fui descobrindo o quanto o circuito têxtil é estruturante das vidas desse território. Você entra lá e começa a perceber que o fluxo migratório clandestino, boliviano e coreano, está lá, acionando redes de contratação que, por sinal, são mediadas por quem? Pelas entidades, que vão aumentar os indicadores do associativismo local. Quer dizer, a cidade inteira está colocada numa dinâmica, numa história regional que é diferenciada, num território que é diferenciado, mas a gente tem que fazer um jogo de escalas aí para poder recuperar o sentido dessa heterogeneidade, porque se não a gente cai numa visão localista dessa heterogeneidade. Ela é qualquer coisa menos local, nesse sentido.

Eu perguntava para os meus colegas do NEV (Núcleo de Estudos da Violência) por que o Jd. São Luis é tão violento, se há uma enorme cobertura de serviços lá. Mas o jogo da violência é outro porque no Jd. São Luis a promiscuidade da riqueza e da pobreza é brutal. Ali era o coração do movimento operário, o coração das igrejas. Virou uma região muito próxima da dita “cidade global”: o pessoal pega uma perua e em 15

minutos está na Berrini, e em 20 na Vila Madalena; ali é um território de todas as conversões: era reduto do PT, virou reduto do Maluf; se a gente quiser fazer daquele lugar um observatório da reconversão econômica, da reconversão urbana, da complicação política anos 90 e da mistura de tudo isso numa dinâmica territorial muito diferenciada, podemos ficar dez anos pesquisando lá.

### **Maria Lúcia Montes**

Eu só queria alertar pra uma coisa: o associativismo nas igrejas não é apenas religioso. Descobrimos que não tem uma única instituição na periferia que não seja multifuncional: igreja é ao mesmo tempo distribuidora de leite, tem trabalho de reciclagem pra criança etc. Em Pirituba descobrimos uma escola de samba que, além de distribuir leite, tem uma escola para crianças deficientes. Quer dizer, as coisas mais absolutamente impensáveis se juntam por causa disso que a Vera colocava: a possibilidade de ter recursos e poder ter a legitimidade local negociadora, diretamente proporcional à capacidade de mobilizar recursos através dessas parcerias.

Então não só a igreja não é uma forma exclusiva de associativismo, como nem a igreja é apenas igreja. Talvez, no caso das pentecostais, elas tenham uma dinâmica mais voltada para sua própria comunidade, num ciclo de ajuda mútua que não abre para essa rede social mais ampla das parcerias, como a gente encontra nas outras. Mas, enfim, igreja católica ou escola de samba, na verdade elas funcionam do mesmo jeito. Ou você multiplica as vias de acesso a recursos – e, portanto, multiplica a legitimidade para poder negociar em nome da comunidade – ou você deixa de existir nessas lógicas da periferia.

### ***Heterogeneidade e criminalidade***

#### **Paula Miraglia**

Voltando ao tema da distribuição da criminalidade em São Paulo, ela ocorre de maneira invertida: os crimes contra a pessoa estão concentrados na periferia, enquanto os crimes contra o patrimônio, no centro. Assim, o risco de morrer é muito pequeno no centro. A taxa de homicídios em Perdizes, onde eu moro, é algo entre 2,0 ou 3,0 para cada 100 mil habitantes. Sabemos que o medo, no entanto, é bastante democrático; se a criminalidade não afeta todo mundo de maneira igual, o medo acaba afetando, independentemente de você correr o risco ou não, e acaba orientando os padrões de sociabilidade, você vivendo na periferia ou não.

Isso, no entanto, não é a regra e por isso é tão importante o exercício que estamos tentando fazer aqui. A Alba Zaluar tem um estudo muito interessante sobre três bairros cariocas com perfis sócio-econômicos diferentes. O que o estudo mostra é que, comparativamente, os bairros mais pobres são os mais vitimizados pelos crimes contra a pessoa, mas, diferente daquilo que estamos falando sobre São Paulo, também são os bairros com as maiores taxas de crimes contra o patrimônio. Como pensar, nesse caso, o papel da pobreza?

### ***Legal e ilegal***

#### **Vera Telles**

Vou falar de uma observação de campo, nos lugares onde há, por razões longe de serem evidentes, muita concentração de mortes violentas e, portanto, de histórias de famílias com seus homens encarcerados – para dizer o mínimo –, alguns deles presos. Tem toda uma mobilização de território que gira em torno da prisão, porque tem o policial que faz extorsão, porque tudo funciona na base da corrupção, para entrar dinheiro, para entrar cigarro, para conseguir proteção para o cara que está lá dentro. Tem um fluxo feminino

que se organiza para garantir os seus homens na prisão. Com isso eu cheguei à conclusão de que prisão, hoje, é fluxo urbano. Tem os que saem evangélicos, os que montam grupos de rock, tem os que saem para pegar o controle da boca, os que saem para o “bem”, tem de tudo, mas de alguma maneira isso tudo forma uma trama muito intrincada porque as pessoas moram lá. Existe uma espécie de economia solidária, fortíssima, para garantir os seus homens presos e lidar com a extorsão da polícia, que é brutal. A rede é meio fractal. O sistema penitenciário é fluxo urbano onde tudo se mistura.

### **Maria Lúcia Montes**

O que são essas fronteiras entre o que é o legal e o ilegal, que se misturaram de um jeito tal, como nesse caso específico? O que você faz quando o sujeito que é o representante da lei e da ordem se torna o agente da corrupção? Você criou um sistema de uma tal complexidade de relações que é difícil saber o limite entre uma coisa e outra.

Se os governantes lá em cima são os que burlam a lei, por que a gente não pode fazer o mesmo? Agora, eu te digo, fazer o mesmo, para “os de baixo”, não é, necessariamente, organizar a violência. A pequena corrupção, o “jeitinho”, tudo bem, acho que virou uma característica nacional e isso é uma grande reflexão para uma antropologia política e para uma ciência política. Mas o pressuposto de que antes a violência estava concentrada “neles e com eles” e agora está nos atingindo, e que isso implica uma redistribuição geral de renda, eu acho que é uma visão meio Robin Hood do que é o banditismo na periferia, porque, na verdade, quem morre são eles, não somos nós.

### **Paula Miraglia**

Acho que a criminalidade é extremamente autoritária, e não podemos ter uma visão ingênua ou romântica, que já foi muito comum algum tempo atrás, tal como “criminalidade sustenta a família”. A criminalidade é autoritária, impõe toque de recolher, decide quem pode e quem não pode ter arma, ela decide quem vai e quem não vai morrer. E talvez hoje esse aspecto seja muito mais proeminente do que era antes. Porque há tudo o que foi descrito – ausência de serviços básicos, acesso comprometido aos bens etc. – e você é obrigado a conviver com o tráfico e enxergar ali algum tipo de benefício.

Eu gostaria de completar dizendo que é de fato importante olhar criticamente para a polícia, sabendo que ela é corrupta e, muitas vezes, está de mãos dadas com o tráfico – aquilo que o Luiz Eduardo Soares chama de “banda podre” –, mas tem uma parte da polícia que é vítima da incapacidade da própria polícia de garantir a lei. Isto é, você tem o policial que mora na periferia do lado do bandido, que não seca a farda no varal, mas sim escondido, porque o vizinho não pode saber que ele é policial, e que volta de ônibus e, portanto, não pode voltar fardado para casa. Tudo isso porque tem medo de ser descoberto policial e sofrer represálias na própria comunidade. Nesse sentido, podemos dizer que a perversão do sistema é completa; não dá para pensar só em um lado.

### ***Contrato Social à brasileira?***

#### **Paula Miraglia**

É difícil pensar num “Contrato Social à brasileira”. Eu particularmente sou partidária e defensora do Estado de Direito e não quero pensar que no Brasil esse modelo esteja descartado. Agora, não é um modelo estático e precisa ser compreendido de acordo com as dinâmicas impostas por novos padrões de sociabilidade.

### **Maria Lúcia Montes**

Eu fui cientista política por quinze anos, quer dizer, eu não posso deixar alguém dizer que este é o “nosso Contrato Social à brasileira” porque, como disse a Paula, eu também acredito no Contrato Social. Agora, estudar política clássica é bom por causa disso, porque tem várias versões de Contrato Social, o que permite pensar perspectivas diferentes para o que significa o compromisso de viver em sociedade. Dizer “o circuito do tráfico financia a cesta básica”: para quem, cara pálida? Não é bem assim. O tráfico não é uma instituição benemerita de natureza social da mesma forma que a escola de samba que mantém a escola pra criança. Porque, na verdade, a rede de tráfico se legitima por esse tipo de ação social, mas não impede que a contrapartida dela seja o que a Paula levantava: é uma instituição autoritária que determina quem tem arma e quem não tem, e no limite quem vai ou não vai morrer.

O que é o Estado? É o monopólio legítimo da violência. Por que você faz o contrato social? Para dizer que, em algum lugar, alguém tem o direito de exercer a violência para garantir a igualdade dos direitos dos cidadãos. Eu acho que o que se passa é o resultado perverso de um processo de formação histórica de uma sociedade que nunca explorou suficientemente o que o [Raymundo] Faoro analisou com relação ao processo de formação da sociedade brasileira, a persistência do seu caráter estamental, e a natureza patrimonial-burocrática do poder político. Burocratizaram-se as relações privadas, fazendo com que elas tomassem conta do Estado, e nesse sistema se privatizou o Estado. Eu acho que a gente quer devolver a função pública ao Estado.

O que a gente está vendo hoje é um processo lento, complicado, difícil – você tem 400 anos de história que têm que ser mudados. Agora o pacto social necessário é outro, é de outra natureza, é para garantir direitos de cidadania, e não apenas o direito de receber os benefícios da rede do tráfico, por exemplo, na medida em que eu legitimo o poder do traficante. E também não são os benefícios dos gângsteres da política de Brasília, que a gente legitima com votos. Temos que refundar essa coisa.

### **Eduardo Marques**

Uma parte do que a gente vê – na verdade esse é o meu campo principal de estudo, da relação com o Estado, das políticas públicas – é o avanço do Estado. Desde 1982, o que se vê é um processo paulatino, crescente, cumulativo, complexo; sofrido, mas existente, real – de construção do Estado. Sob o ponto de vista das prerrogativas do cidadão, do monopólio da violência legítima e dos direitos, principalmente civis, esse processo diz respeito à construção do Estado de Direito, mas em muitas outras frentes diz respeito ao Estado Social.

Repetimos recentemente uma pesquisa feita em 1994, por amostragem, com os 40% mais pobres na cidade de São Paulo, sobre o acesso aos serviços públicos. Algo gritante se mostrou logo no início: queríamos fazer um questionário com perguntas semelhantes às de 1994, para poder comparar. Mas não dava. O leque de políticas que o Estado emprega hoje é inteiramente diferente do anterior. Não quero dizer que seja ótimo, mas é um processo de construção do Estado, e a gente tem que estar orgulhoso de participar desse processo. Ele não se faz no nada, mas a partir da mudança na relação entre Estado e Sociedade, que tem a ver com o que estudou o Faoro, mas também com a história mais recente, com a ditadura militar, tem a ver com o imbricamento da esfera do público e do privado, com diversos tipos de permeabilidade, tem a ver com o insulamento burocrático e o corporativismo.

